

Opressões de classe, raça e sexo

Class, racial and sexual oppression

Maria Cristina Longo Cardoso Dias
 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 crislongo@gmail.com

Resumo: Pretende-se, neste artigo, desvendar as maneiras pelas quais múltiplas formas de opressão como o racismo, o sexism e a opressão de classes se conectam e se retroalimentam constantemente formando um só sistema de dominação-exploração. Para que se efetive uma explicação destes conceitos e suas articulações, tenciona-se trabalhar autoras e autores como Helelith Saffioti, Silvia Federici, Lélia Gonzalez e Karl Marx. Inferiorizações de imensos contingentes populacionais como mulheres e pessoas negras têm sido produzidas e reproduzidas constantemente dentro do modo de produção capitalista com a finalidade de hierarquizar, dividir e mais explorar a classe trabalhadora. Estes elementos fazem com que não seja possível compreender uma opressão separadamente do todo, assim como não é possível falar de opressões atuais sem explicitar o significado do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: opressão; classe; raça; sexo; capitalismo.

Abstract: The aim of this paper is to unveil the ways in which multiple forms of oppression such as racism, sexism and class oppression are connected and constantly feed into each other, forming a single system of domination-exploitation. In order to provide an explanation of these concepts and their articulations, we intend to work with authors such as Helelith Saffioti, Silvia Federici, Lélia Gonzalez and Karl Marx. Inferiorizations of immense groups such as women and black people have been constantly produced and reproduced within the capitalist mode of production with the purpose of hierarchizing, dividing and further exploiting the working class. These elements mean that it is not possible to understand oppression separately from the whole, just as it is not possible to understand current oppression without explaining the meaning of the capitalist mode of production.

Keywords: oppression; class; race; sex; capitalism.

O atual modo de produção capitalista aparece para nós como natural. Aparentemente, todas as características sociais como dinheiro, mercadoria, trabalho assalariado, mercado, capitalista, banco, banqueiro, indústria, empresário, aluguel, Estado, juros, bolsa de valores, etc, seriam elementos naturais necessários à nossa forma de organizar a sociedade, características essenciais da existência de qualquer sociedade humana. Contudo, a história não é bem esta, toda esta parafernálha (acima descrita) que inventamos para viver é a contraparte necessária de um sistema profundamente hierárquico, racista, sexista e classista, ancorado na exploração de uma imensa maioria, para a obtenção de lucro de uma minoria.

É neste contexto que Marx descreve que o capital é uma relação de exploração, em que a contraparte do detentor dos meios de produção deve ser, necessariamente, o trabalhador expropriado que necessita vender sua força de trabalho para subsistir, conforme atesta citação abaixo:

Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas. (MARX, 2013, pp. 542-543)

A história do estabelecimento do modo de produção capitalista, denominada por Marx e Federici como processo de acumulação primitiva de capital, é a história de uma violenta expropriação de terras, destruição de formas comunais de vida, separação violenta dos trabalhadores do acesso à terra e aos meios de subsistência, estabelecimento do comércio intercontinental de seres humanos a partir da escravização de povos negros e indígenas, refundação do sexism em novas bases, pilhagem, aprofundamento da divisão de classes com o aparecimento da figura do capitalista como aquele que concentrará todos os poderes sociais de comandar o trabalho e a vida de todos aqueles que não estiverem em sua classe. Marx vai além, ao afirmar que o próprio movimento do capital é um sujeito automático cujos capitalistas são apêndices com a aparência de sujeitos e os proletários são apêndices sem esta aparência.¹

Mas voltemos ao pecado original, ao ponto que deu origem a todas estas características sociais que aparecem para nós hoje como naturais. Marx, nos capítulos finais do livro I de *O Capital*, identifica alguns elementos históricos que fundaram o modo de produção capitalista. Para o autor, a privatização de terras na Europa, com a consequente expulsão dos camponeses e o corte abrupto da possibilidade de produzir diretamente sua subsistência foi um dos elementos fundamentais para a formação deste modo de produção, pois, de acordo com o autor, para melhor controlar os trabalhadores seria necessário vulnerabilizá-los, torná-los completamente carentes dos elementos necessários à sua sobrevivência.²

E foi exatamente isto que se sucedeu historicamente: após um século de ganhos da classe trabalhadora (século XV), devido ao aumento de sua correlação de forças, por conta de uma forte redução populacional (escassez de trabalhadores) decorrente da peste bubônica³ e como resultado de fortes lutas de classes que estiveram presentes em toda Idade Média (como os movimentos heréticos) as classes dominantes

¹ MARX, 2011, p.48: “A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana”.

² MARX, 2013, p.994: “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno”.

³ FEDERICI, 2017, p. 96: “A Peste Negra, que matou, em média, entre 30% e 40% da população europeia, constituiu um dos momentos decisivos no decorrer das lutas medievais. A consequência mais importante da peste foi, entretanto, a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou de forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal foi estabelecida”.

iniciaram uma contrarrevolução que deu origem ao capitalismo⁴, como mostra a passagem a seguir do texto de Federici:

O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo. (FEDERICI, 2017, p. 44)

Segundo Federici, as classes dominantes (aristocracia vigente e burguesia nascente) uniram-se, por volta do final do século XV, para derrubar as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, gerando o modo de produção capitalista. De acordo com a autora, suas frentes de expropriação, espoliação, vulnerabilização e controle tiveram um tripé, baseado no estabelecimento e aprofundamento de hierarquias ligadas ao sexismo, racismo e divisão de classes⁵. Este tripé exploratório foi fundamentado, por sua vez, nos movimentos de perseguição e terror denominado caça às bruxas, colonialismo (escravização e pilhagem dos povos negros e indígenas) e expropriação de terras dos camponeses e camponesas da Europa.⁶

De acordo com a autora, por volta do século XV, o estupro de mulheres passou a ser praticamente legalizado, como forma de quebrar a solidariedade entre homens e mulheres da classe trabalhadora. Mulheres, principalmente trabalhadoras pobres, eram ruidosamente arrastadas de suas casas e trabalhos e estupradas coletivamente por grupos de homens que raramente recebiam mais do que um puxão de orelhas das autoridades. Segundo a autora, em média metade dos jovens europeus participaram destes “esportes”.⁷

Inúmeros homens aceitaram participar destes violentos atos contra mulheres, porque demoravam a ter acesso ao sexo, pelo fato de muitos deles não possuírem renda para se casar. As classes dominantes identificaram isso e permitiram os estupros. Infelizmente, os trabalhadores não conseguiram perceber a cisão que isto geraria em sua classe e aceitaram compactuar ativamente como violadores, conforme atesta passagem a seguir: “Porém, os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal” (FEDERICI, 2017, p.104). Estes violentos atos perpetrados contra mulheres prepararam o terreno para o processo de perseguição contra elas, denominado caça às bruxas, com início no século XVI.

⁴ FEDERICI, 2017, p. 116: “Foi em resposta a essa crise que a classe dominante europeia lançou a ofensiva global que, ao longo de ao menos três séculos, mudaria a história do planeta, estabelecendo as bases do sistema capitalista mundial, no esforço implacável de se apropriar de novas fontes de riqueza, expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando”.

⁵ FEDERICI, 2017, p.119: “A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno”.

⁶ FEDERICI, 2017, pp.120-121: Na Europa Ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em workhouses e em casas correcionais recém-construídas, modelos para o futuro sistema carcerário. No horizonte, temos o surgimento do tráfico de escravos, enquanto nos mares os barcos já transportavam indentured servants (servos contratados) e criminosos condenados da Europa para a América.

⁷ FEDERICI, 2017, p.103: Como demonstrou Jacques Rossiaud em Medieval Prostitution (1988) [A prostituição medieval], na França, as autoridades municipais praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa. Na Veneza do século XIV, o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo nos casos frequentes de ataque em grupo (Ruggiero, 1989, pp. 94, 91-108). O mesmo ocorria na maioria das cidades francesas. Nelas, o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que se realizava aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas ou arrastavam as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular. Aqueles que participavam desses “esportes” eram aprendizes ou empregados domésticos, jovens e filhos das famílias ricas sem um centavo no bolso, enquanto as mulheres eram meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras, sobre as quais circulavam rumores de que eram “mantidas” por seus senhores (Rossiaud, 1988, p. 22). Em média, metade dos jovens participou alguma vez nesses ataques, que Rossiaud descreve como uma forma de protesto de classe, um meio para que homens proletários —forçados a postergar seus casamentos por muitos anos, devido às suas condições econômicas —cobrassem aquilo que lhes era devido”.

A caça às bruxas constituiu um processo persecutório com vistas a transformar os corpos das mulheres em territórios a serem colonizados para a reprodução. Considerando a extrema redução populacional derivada da peste bubônica e o consequente aumento de correlação de forças dos trabalhadores e trabalhadoras, os Estados nacionais nascentes e outras instituições como a igreja passaram a financiar a perseguição de toda e qualquer mulher que em seus gestos ou ações desafiassem o local destinado a elas, a saber: o local de mulheres isoladas, obedientes aos maridos, responsáveis por todos os trabalhos reprodutivos e cuidados com os filhos, conforme ressalta Silvia Federici, na seguinte passagem:

Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio. Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror. No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social. (FEDERICI, 2017, p.203)

De acordo com a autora, a perseguição chegou a tal ponto que, por exemplo na Alemanha, as mulheres que não fizessem suficiente esforço no parto poderiam ser perseguidas, aquelas que perdessem seus bebês poderiam ser acusadas de infanticídio e contra todas aquelas que tivessem algum comportamento que pudesse ser interpretado como obstrutor da natalidade e da realização dos trabalhos reprodutivos poderia pairar um processo de acusação de bruxaria que geralmente envolvia torturas e por fim seu assassinato na fogueira.⁸

Mulheres independentes, que não desejasse ter filhos, idosas que representassem a memória de uma vida comunal distinta do núcleo familiar isolado, seriam alvos preferenciais dos processos de bruxaria. Na verdade, nenhuma mulher estaria a salvo destas acusações. Segundo Silvia Federici, a caça às bruxas fugiu do controle, atingindo também mulheres das classes abastadas. Para que um processo por bruxaria fosse aberto, bastaria que alguém lhes dirigesse esta acusação.⁹

Ao longo da baixa Idade Média, inúmeras mulheres se estabeleceram nas cidades como padeiras, cervejeiras, médicas e absolutamente todos os partos eram feitos por mulheres parteiras, em geral rodeadas de outras mulheres.

Segundo a autora, com o processo de caça às bruxas, estas mulheres foram proibidas de exercer suas profissões, especialmente as profissões de médicas e parteiras que passaram para as mãos dos homens, como forma de controlar os partos e, portanto, sua reprodução, conforme mostra citação:

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação

⁸ FEDERICI, 2017, p.178: “Na Alemanha, a cruzada pró-natalista atingiu tal ponto que as mulheres eram castigadas se não faziam esforço suficiente durante o parto, ou se demonstravam pouco entusiasmo por suas crias (Rublack, 1996, p. 92). O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravidão das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista”.

⁹ FEDERICI, 2017, p.177: “Com a marginalização das parteiras, começou um processo pelo qual as mulheres perderam o controle que haviam exercido sobre a procriação, sendo reduzidas a um papel passivo no parto, enquanto os médicos homens passaram a ser considerados como “aqueles que realmente davam vida”. (...) (como nos sonhos alquimistas dos magos renascentistas). Com essa mudança, também teve início o predomínio de uma nova prática médica que, em caso de emergência, priorizava a vida do feto em detrimento da vida da mãe. Isso contrastava com o processo de nascimento habitual que as mulheres haviam controlado. E, para que efetivamente ocorresse, a comunidade de mulheres que se reunia em torno da cama da futura mãe teve que ser expulsa da sala de partos, ao mesmo tempo que as parteiras eram postas sob a vigilância do médico ou eram recrutadas para policiar outras mulheres”. Silvia Federici, 2017, p.327328: “Também sabemos que muitas bruxas eram parteiras ou “mulheres sábias”, tradicionalmente depositárias do conhecimento feminino (Midelfort, 1972, p. 172)”.

social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social. (FEDERICI, 2017, p.199)

O processo de caça às bruxas consolidou um dos pilares de acumulação de capital, pautado no cercamento dos corpos das mulheres para a reprodução de gente e realização dos trabalhos relacionados. Em outras palavras, a caça às bruxas estabeleceu o sexismº em novas bases, como um dos elementos fundamentais de acumulação do capital, pois desta forma a reprodução gratuita da mercadoria força de trabalho estaria garantida.

As dimensões do massacre deveriam, entretanto, ter levantado algumas suspeitas: em menos de dois séculos, centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas. Deveria parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos, e de ter chegado a seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista, quando os camponeses na Europa alcançaram o ponto máximo do seu poder, ao mesmo tempo que sofreram a maior derrota da sua história (...). (FEDERICI 2017, pp.295-293)

Os trabalhos reprodutivos passaram a ser exigidos das mulheres que os realizaria em um núcleo familiar restrito, sob o mando de seu marido, sem nenhuma remuneração. Nestas bases, uma ideologia da inferioridade feminina é constantemente reproduzida, como forma de justificar o local de menor prestígio social das mulheres.¹⁰

Outras formas de sexualidade passaram a ser criminalizadas, por não estarem dentro da lógica de reprodução da força de trabalho, gerando uma verdadeira perseguição a homossexuais e outras formas de expressão sexual que não coubessem nos padrões reprodutivos. Da mesma maneira, principalmente idosas tornaram-se o símbolo das bruxas, pois a ausência de fertilidade significaria inutilidade do ponto de vista reprodutivo de força de trabalho, além da memória de formas comunais de vida que precisavam ser esquecidas.

Mas não abordemos a categoria mulher como um universal, pois todos sabemos que as condições das mulheres brancas são muito distintas das condições das mulheres negras. A maneira de inferiorizar as mulheres negras ocorre de modo distinto das mulheres brancas. Enquanto a inferiorização das mulheres brancas ocorre com a propagação de uma ideologia que tenta ressaltar que estas mulheres são frágeis, vulneráveis, hiper sensíveis, pouco racionais e pouco aptas a trabalhos que não digam respeito à reprodução, a ideologia que propaga a inferiorização das mulheres negras tenta equipará-las a “burros de carga”¹¹ sempre dispostas a realizar tarefas braçais pesadas e exaustivas com baixa remuneração ou sem nenhuma remuneração, adiciona-se a isto a hiperssexualização e hiperobjetificação de seus corpos. A esta propagação de ideologias da inferioridade feminina¹², com vistas ao lucro, Heleith Saffioti denominou acertadamente de mística feminina, conforme afirma a seguir:

¹⁰ FEDERICI, Silvia, 2017, p.205: “Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles.”

¹¹ DAVIS, 2016, pp.25-25: À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente (...).

¹² SAFFIOTI, 2013, p.66: “Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher”.

A mística feminina desempenha aqui importante papel, justificando a canalização da força de trabalho feminina para o desempenho de tarefas mal remuneradas, não conferidas de prestígio e onde mais facilmente se burla a legislação trabalhista. (SAFFIOTI, 2013, p.94)

Conforme mencionado, além do processo de rebaixamento das mulheres para maior exploração de sua força de trabalho, o cercamento de terras foi formado como um processo fundamental para a constituição do modo de produção capitalista. Terras foram cercadas como forma de romper o apoio mútuo por parte dos camponeses, na Europa, assim como para cortar seu acesso aos meios de subsistência, vulnerabilizando-os.

Apesar do domínio senhorial, trabalhadores e trabalhadoras do campo viviam uma relativa democracia, pois decidiam coletivamente, em assembleias, quando drenar os campos, quando soltar os animais, decidiam onde e como produzir nos dias em que trabalhavam para si¹³. Ademais, em torno da vida comunal, erguia-se o apoio mútuo, festividades, celebrações, uma cultura própria; um modo de vida.¹⁴

As mulheres, apesar de terem menos direitos que os homens, eram especialmente beneficiadas por este modo de vida¹⁵, pois podiam se apoiar mutuamente para criação de seus filhos, bem como nos partos de suas crianças que eram sempre feitos por parteiras, rodeadas de outras mulheres da comunidade. Adicionalmente, de acordo com Silvia Federici, as mulheres exerceram um indiscutível controle sobre seus corpos, pois era passado de geração para geração saberes sobre ervas abortivas e contraceptivas.

Com os cercamentos de terras, toda a vida comunal que se erguia em torno do cultivo dos campos abertos foi destruída, fazendo com que imensos contingentes populacionais se tornassem famintos, sem-terra, que vagavam pelas estradas e cidades em busca de alimentos. Esta população vivia de pequenos roubos ou como pedintes, sendo constantemente perseguida pelo estado que a aprisionava em casas de trabalhos forçados (*workhouses*) ou a sentenciava à força. Contudo, quando este processo de perseguição se iniciou no século XVI, estes mesmos sem-terra preferiam, muitas vezes, a força a terem que se vender como força de trabalho assalariada.¹⁶

A fome era tamanha nos séculos que se seguiram aos cercamentos que muitos adentravam as igrejas mostrando suas feridas para pedir¹⁷. Outros atacavam carregamentos de alimentos que chegavam ou que

¹³ FEDERICI, 2017, p 139: o uso comum dos campos agrícolas tinha muitas vantagens. Ele protegia os camponeses do fracasso de uma colheita, devido à variedade de faixas de terra a que uma família tinha acesso; (...) promovia uma forma de vida democrática, construída sobre a base do autogoverno e da autossuficiência, já que todas as decisões — quando plantar, quando colher, quando drenar os pântanos, quantos animais seriam permitidos nos campos comuns — eram tomadas pelos camponeses em assembleia.

¹⁴ FEDERICI, 2017, p. 138: “Além de incentivar as tomadas de decisão coletivas e a cooperação no trabalho, as terras comunais eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina. Todos os festivais, os jogos e as reuniões da comunidade campesina eram realizados nas terras comunais”.

¹⁵ FEDERICI, 2017, p. 138: A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade. Parafraseando a afirmação de Alice Clark sobre a importância dos mercados para as mulheres na Europa pré-capitalista, é possível dizer que as terras comunais também foram o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio — autônomo da perspectiva masculina — sobre os acontecimentos da comunidade (Clark, 1968, p. 51).

¹⁶ FEDERICI, 2017, p.243-244: “A imagem de um trabalhador que vende livremente seu trabalho, ou que entende seu corpo como um capital que deva ser entregue a quem oferecer o melhor preço, se refere a uma classe trabalhadora já moldada pela disciplina do trabalho capitalista. Contudo, é apenas na segunda metade do século XIX que se pode vislumbrar um trabalhador como este — moderado, prudente, responsável, orgulhoso de possuir um relógio (Thompson, 1964), e que considera as condições impostas pelo modo de produção capitalista como “leis da natureza” (Marx, 1909, t. i, p. 809) —, um tipo que personifica a utopia capitalista e que é ponto de referência para Marx”.

¹⁷ FEDERICI, 2017, p.155. “(...) multidões erravam pelos campos, chorando e gemendo, “era tanta fome que poderiam devorar brotos nos campos” (Le Roy Ladurie, 1974); ou invadiam as cidades para aproveitar a distribuição de cereais ou para atacar as

saíam para exportação. Foi tamanha fome que o contingente populacional começou a sofrer um declínio no século XVII.

As mulheres sofreram ainda mais que os homens as consequências dos cercamentos, pois tinham menor possibilidade de mobilidade, por poderem estar grávidas ou pelo risco de sofrerem ataques sexuais pelo caminho. Pelo fato de serem ainda mais afetadas que os homens foram também as que mais resistiram, realizando inúmeras rebeliões pela arrancada das cercas.

Ligado ao processo de expropriação de terra, como outro pilar de estruturação do modo de produção capitalista, destaca-se o colonialismo, conforme ressaltado. A busca desenfreada por força de trabalho, por parte das classes dominantes europeias, gerou a invasão de outros continentes como o americano e o Africano. Terras foram cercadas,¹⁸ povos foram pilhados e principalmente escravizados, com a finalidade de produção de mercadorias. Um mercado intercontinental de gente, altamente lucrativo, foi criado, a partir da captura dos povos africanos e seu transporte forçado para as Américas. Comerciantes sedentos de sangue viviam apenas de capturar pessoas na África, jogá-las em um navio empilhadas como se fossem coisas e vendê-las nas Américas¹⁹, conforme afirma bell hooks (2019, p.40):

No início, a bordo de um navio, toda pessoa escravizada era marcada por ferro quente. Um chicote “gato de nove caudas” era usado pelos escravizadores para açoitar os africanos que gritassem de dor ou resistissem à tortura. Mulheres eram gravemente açoitadas por chorarem. Arrancavam suas roupas e batiam em todas as partes de seu corpo. Ruth e Jacob Weldon, um casal africano que viveu os horrores da rota da escravidão, viu “mães com bebês no peito maldosamente marcadas e cicatrizadas, até parecer que o próprio céu castigaria os infernais torturadores com a condenação que eles tanto mereciam.

Silvia Federici descreve que a sede de controle da força de trabalho era tão grande que, em pouco mais de um século, 90% da população indígena foi extermínada, no que a maioria dos estudiosos concorda em chamar de um verdadeiro holocausto americano.²⁰

Como resultado da necessidade de maior vulnerabilização e controle destas populações escravizadas, hierarquias raciais foram estabelecidas. No início da invasão das Américas, Silvia Federici ressalta que estas hierarquias raciais não eram tão acentuadas, pois o menor número dos colonizadores sugeria que era necessário povoar o continente através, principalmente, do estupro de indígenas. Quando a mestiçagem assumiu um ponto que começou a ameaçar o domínio dos colonizadores brancos, o racismo passou a ser fortemente estabelecido para diferenciação entre brancos e não brancos.

Em Meryland, no estado da Virgínia, foi imposta uma lei que criminalizava casamentos interétnicos, mostrando que se foi necessária tal criminalização, é provável que estas uniões fossem de fato muito

casas e os armazéns dos ricos que, por sua vez, corriam para conseguir armas e fechar as portas das cidades de modo a manter os famintos do lado de fora (Heller, 1986, pp. 56-63)”.

¹⁸ FEDERICI, 2017, p.130: “O maior processo de privatização e cercamento de terras ocorreu no continente americano, onde, no início do século XVII, os espanhóis tinham se apropriado de um terço das terras comunais indígenas sob o sistema de encomenda (...”).

¹⁹ hooks, 2019, p.40: “Depois de serem marcados, todos os escravizados ficavam sem qualquer peça de roupa. A nudez da mulher africana servia como um constante lembrete de sua vulnerabilidade sexual. Estupro era um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes. A ameaça de estupro e de outras violências físicas causava terror psíquico nas africanas que haviam sido deslocadas. Robert Shufeldt, um estudioso do comércio de pessoas escravizadas, registrou o predomínio de estupro em navios negreiros. Ele afirma: “naquela época, várias negras chegavam a nossos litorais já engravidadas por alguém da tripulação demoníaca que a trouxe para cá”.

²⁰ FEDERICI, 2017, p.126: Nota 61. “A dimensão da catástrofe demográfica causada pelo “intercâmbio colombiano” continua sendo debatida até hoje. As estimativas do declínio da população na América do Sul e na América Central no primeiro século pós-colombiano variam muito, mas a opinião acadêmica contemporânea é quase unânime em comparar seus efeitos a um holocausto americano”.

comuns²¹. Em outras palavras, hierarquias raciais foram impostas de cima para baixo como forma de aumentar os direitos de brancos e negar direitos a pessoas não brancas.

O racismo não ocorreu naturalmente, mas foi imposto de cima para baixo, inclusive para justificar a escravização de corpos negros e indígenas, como maneira de manifestar que estes corpos seriam menos humanos e também para dividir a classe trabalhadora, conforme ressalta DAVIS, 2016, p.129: “Claro, essa luta entre a classe trabalhadora branca e negra não era inevitável. Entretanto, apologistas da nova classe de capitalistas monopolistas estavam determinados a provocar essa divisão racista”.

Conforme mencionado, o colonialismo representou um dos elementos do tripé de constituição da relação de exploração capital, com a captura, escravização de povos negros e indígenas, estabelecendo hierarquias raciais para maior exploração de seus trabalhos. Os elementos *sexismo*, *expropriação* (principalmente de terras) e *racismo* constituíram-se como elementos da acumulação primitiva de capital, formando a relação capital acima exposta, qual seja: uma relação de exploração em que uma parte detém os meios de produção, a terra, o poder de comandar trabalho e em geral é branca e masculina e a outra parte que não possui nada além de sua força para vender no mercado ou é escravizada como foi o caso das populações negras e indígenas e as populações que ainda hoje vivem em condições análogas à escravidão. A parcela mais pobre da classe trabalhadora é, em geral, feminina e negra.

Uma questão que pode ser colocada é: por que a parcela mais pobre da classe trabalhadora é feminina e negra? A partir da análise deste modo de produção, pode-se dizer que quanto mais fatores de inferiorização gerados e mantidos pelo processo de acumulação primitiva uma pessoa possui, mais oprimida/pobre esta pessoa tende a ser ainda hoje.

Em outros termos, vimos que o processo de caça às bruxas representou uma campanha de terror e perseguição das mulheres, a fim de que seus corpos se transformassem em territórios político-econômicos para a reprodução de gente, gerando uma mística da inferioridade que justificaria a colocação destas mulheres em locais subordinados. Por outro lado, vimos como o processo de racismo foi estabelecido, a partir do colonialismo, por meio da escravização de povos negros e indígenas. Por fim, vimos como a construção da força de trabalho “livre” dos meios de produção e livre para se vender no mercado, significou a expropriação, especialmente da terra. Assim, a pessoa mais vulnerável/pobre do sistema é aquela que carrega mais fatores de vulnerabilização como o fato de ser mulher, negra e não possuidora dos meios de produção, o que de fato se verifica pelos dados: as mulheres negras são, em geral, as mais pobres do sistema, seguidas do homem negro despossuído, da mulher branca e do homem branco, este último, em geral, nas partes superiores da pirâmide de renda.²²

O Capital se constitui como esta complexa relação em que quanto mais grupos vulneráveis, a partir da constituição de místicas da inferioridade, maior a possibilidade de exploração de trabalhos remunerados e não remunerados como os trabalhos reprodutivos e escravos.

²¹ FEDERICI, 2017, p.216: “No entanto, este processo não foi automático. Assim como o *sexismo*, o *racismo* teve que ser legislado e imposto. Dentre as proibições mais reveladoras, devemos, mais uma vez, levar em conta que o casamento e as relações sexuais entre negros e brancos foram proibidos. As mulheres brancas que se casaram com escravos negros foram condenadas e os filhos gerados desses casamentos foram escravizados pelo resto de suas vidas. Estas leis, aprovadas em Maryland e na Virginia, na década de 1660, são provas da criação de cima para baixo de uma sociedade segregada e racista, e de que as relações íntimas entre “negros” e “brancos” deveriam ser, efetivamente, muito comuns, se para acabar com elas considerou-se necessário recorrer à escravidão perpétua”.

²² De acordo com dados do IPEA de 2015, o rendimento médio mensal, no Brasil, dos homens brancos era de R\$ 2.509,7, o rendimento mensal das mulheres brancas, no mesmo ano, era de R\$ 1.765,0, enquanto o rendimento mensal dos homens negros era de R\$ 1.434,1 e o das mulheres negras era de R\$ 1.027,5.

Nesta relação há aqueles que exploram, a burguesia, os donos dos meios de produção e aqueles que são explorados, a classe trabalhadora que não possui nada além de sua força para vender no mercado. Esta classe trabalhadora, contudo, não é homogênea, ela foi historicamente dividida e hierarquizada, a partir dos processos acima mencionados, como o processo de colonialismo e racismo que escravizou e inferiorizou pessoas negras e indígenas, a caça às bruxas que perseguiu e rebaixou mulheres por meio da construção de uma mística da inferioridade feminina, para que reproduzissem e realizassem os trabalhos reprodutivos sem remuneração e os cercamentos de terras que expropriaram camponeses, camponesas e povos originários para que se tornassem totalmente carentes dos meios de produção e fossem forçados a vender sua força de trabalho.

A exploração do trabalho acontece por meio da apropriação indevida por parte dos donos dos meios de produção de parte do produto produzido por trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, bem como pela extração da totalidade do produto produzido por pessoas escravizadas e por mulheres quando realizam os trabalhos reprodutivos sem remuneração.

Conforme mencionado, a categoria mulher não é um universal homogêneo, mas sim dividido entre mulheres brancas e racializadas. As primeiras foram inferiorizadas a partir da construção de uma mística da fragilidade e pouca aptidão a trabalhos que não fossem os reprodutivos, enquanto as segundas sofreram os piores tipos de inferiorização, a partir da escravização e da construção de uma mística das mulheres “burros de carga” que sempre estariam aptas aos trabalhos pesados, quando não eram hiperssexualizadas e abusadas por serem sempre retratadas como “coisa”.

Monsieur Le Capital forma-se, assim, como um sujeito automático²³ em que o lucro (leia-se extração de mais-valor, a partir da exploração do trabalho) é o objetivo de todo processo. Este sujeito automático firma-se como um vampiro que cresce quanto mais sangue tira de trabalhadores e trabalhadoras. A cada novo ciclo de reprodução do capital, não somente ele se expande na forma dinheiro, por meio da exploração do trabalho, mas também as classes e as relações que o constituem são reafirmadas, incluindo a relação de exploração dos trabalhos assalariados e não assalariados (escravizado e reprodutivos realizados pelas mulheres), em que pessoas vulnerabilizadas por diferentes místicas da inferioridade são hiperexploradas.

No que concerne ao racismo, podemos observar que uma mística da inferioridade foi tecida desde o momento da violenta escravização desses corpos. Pessoas negras e indígenas passaram a ser retratadas como menos humanas, inferiores, seus traços passaram a ser pintados como se fossem feios ou ridicularizados como a figura da nega maluca²⁴ ou a figura do mito do indígena canibal. Um constante apagamento de epistemologias, de saberes ancestrais desses povos, foi posto em ação, a partir do que inúmeras pensadoras do feminismo negro denominaram de epistemicídio. Tal apagamento de conhecimentos dos povos negros opera até os dias atuais, como no exemplo da perseguição de religiões de matrizes africanas. A citação abaixo define o termo epistemicídio:

(...) processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição

²³ MARX, 2013, p.297: “Na circulação D-M-D, ao contrário, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo”.

²⁴ RIBEIRO, 2018, p. 42: “Há algum tempo, a comediante Kéfera Buchmann gravou um vídeo chamado “Tá liberado, é Carnaval!” em que aparece pintada de preto, com uma peruca black power, dançando de forma ridícula e caricata. Ou seja, se utilizando da versão brasileira do blackface, a “nega maluca”. A humorista ultrapassa todos os limites do bom senso e do respeito ao retratar mulheres negras de forma tão ultrajante. Nunca vi uma mulher negra se comportar do modo como ela a retrata

do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, apud RIBEIRO, 2019, p.79)

Lélia Gonzalez cunha termos como divisão racial do trabalho para mostrar que o racismo produz uma hiperexploração da mão-de-obra negra²⁵. De acordo com a autora, esta população é mantida em uma massa marginal, em um local de desemprego constante e quando absorvida pelo mercado é colocada em bicos, trabalhos intermitentes, temporários, mal remunerados, de baixo prestígio social; em geral em ocupações manuais.

Às mulheres negras seriam destinados basicamente dois locais do ponto de vista da ocupação: ou o local de empregadas domésticas em uma clara herança de seu passado como mulheres escravizadas, mucamas (mães pretas) que realizavam os serviços domésticos nas casas grandes ou o local de mulheres hiperssexualizadas, numa alusão aos constantes abusos sexuais cometidos durante a escravidão²⁶. No presente, a figura da mulher negra hiperssexualizada retorna com os abusos em seu ambiente de trabalho ou como a negra do carnaval retratada quase nua.

Lélia ainda ressalta que, em menor número, as mulheres negras seriam trabalhadoras rurais como herança de seu passado como trabalhadoras do eito. Contudo, o único local em que estas mulheres seriam vistas como sujeitos seria como mães de santo em religiões de matrizes africanas.

Do ponto de vista dos homens negros, a divisão racial do trabalho também impõe de maneira violenta, pois os trabalhos ocupados por estes homens são, em geral, mal remunerados, temporários, com baixa proteção legal, em sua maioria trabalhos pesados braçais, quando não estão desempregados ou vivendo apenas de “bicos”. O desemprego permanente ligado ao racismo leva a uma constante perseguição policial dos homens negros²⁷. Estes homens precisam, frequentemente, andar com seus documentos ou comprovantes de emprego para provar sua inocência, já que são julgados como culpados, *a priori*.

De acordo com a autora, no Brasil, haveria uma espécie de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo²⁸. O primeiro tipo que ela descreve seria um capitalismo industrial monopolista, moderno, que daria o tom de funcionamento de todas as outras formas de capitalismo e empregaria uma mão-de-

²⁵ GONZALEZ, 2018, p. 65: “É nesse sentido que o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do sistema econômico como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria a massa marginal crescente”.

²⁶ GONZALEZ, 2018, p.45: “De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata”.

²⁷ GONZALEZ, 2018, p.145: “Além disso, aqui também se tem a presença policial: só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar, amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado seu caráter racista (segundo a polícia todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo”.

²⁸ GONZALEZ, 2018, p.56: “A presença dos três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, demonstra, por outro lado, que o desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. É nesse momento de sua análise (p. 122) que Nun retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que, no nosso caso, grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma massa marginal” em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas empresas monopolistas. As questões do desemprego e subemprego incidem exatamente sobre essa população. No desenvolver deste trabalho, verificamos de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, «coincidentemente» pertencem exatamente às mulheres e à população negra».

obra com maior qualificação, maior salário e proteção legal²⁹. A mão-de-obra empregada por este tipo de capitalismo seria majoritariamente branca.

Sob a égide do tipo de capitalismo descrito acima, estaria o capitalismo competitivo que seria um capitalismo das pequenas empresas, inclusive de serviços, que empregaria uma boa parcela da população negra e, por fim, o capitalismo comercial³⁰, remetendo diretamente ao nosso passado colonial escravocrata. Este último tipo de capitalismo alude a formas arcaicas de emprego da mão-de-obra, muitas vezes não remunerada em dinheiro, sendo composto, principalmente, por pessoas negras.

É interessante notar que quanto menor a remuneração, a proteção legal e de menor prestígio social a ocupação, maior a quantidade de pessoas negras. Isto se deve ao passado escravocrata que não indenizou e não concedeu nenhum palmo de terra àqueles que sofreram o jugo da escravidão.

As populações negras sofrerem também uma divisão racial do espaço³¹, pois, por todo seu histórico de estarem submetidas à escravidão (e à nenhuma reparação pós-abolição) teria feito com que migrassem para as áreas mais precárias das cidades, com contestação de posse, em alagados, morros, sem saneamento básico, muitas vezes sem água e luz.

Quando Lélia Gonzalez compara famílias brancas e negras de renda igual, ela nota que as famílias negras possuem maior número de pessoas trabalhando para conseguir a mesma renda. Muitas crianças negras precisam trabalhar para complementar a parca renda da família. Isso leva a um ciclo vicioso em que crianças, já pobres e afetadas pelo racismo, não possuem a oportunidade de estudar e mesmo quando conseguem frequentar a escola, não têm o mesmo acesso à material escolar ou condições de estudo em casa.³² Muitas destas famílias são numerosas e algomeram-se em pequenos barracos.³³

²⁹ GONZALEZ, 2018, p.56: “Uma segunda diferença remete-nos à distinção entre as duas espécies de capital: “a) monopolista - alta taxa de rendimentos; pré-determinação a médio, dos custos; menor incidência relativa de mão de obra sobre os custos, etc, implicam, em termos de força de trabalho, na integração estável do trabalhador na empresa (salários maiores, cumprimento das leis sociais, capacidade de negociação com organizações trabalhistas, etc), b) competitivo (satelitizado pelo anterior ou com seu campo de atuação reduzido) - demanda instável; margem de lucro pequena ou flutuante; créditos restringidos; baixa produtividade, grande contingentes de mão de obra implica numa tendência para redução dos salários a baixos níveis, no não cumprimento das leis sociais, na neutralização da ação social”.

³⁰ GONZALEZ, 2018, p.35: “a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão-de-obra, articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último”.

³¹ GONZALEZ, 2018, p.145: “Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço”.

³² GONZALEZ, 2018, p. 80: “E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro etc.”).

³³ GONZALEZ, 2018, p.145: No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias”. JESUS, 1992, pp.52-53: 23 DE MAIO Levantei de manhã triste porque estava chovendo. (...) O barraco está numa desordem horrível. E que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é as latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado. Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. E igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela.

De acordo com a autora, o racismo brasileiro funciona através da ideologia do branqueamento,³⁴ em que brasileiros e brasileiras negam suas origens a partir do desejo incutido de embranquecer. Somos ensinadas e ensinados a desejar embranquecer, sendo que uma das formas comuns de consolidar este desejo se dá através do casamento com pessoas brancas, bem como a partir da negação de sua descendência negra.³⁵

Fanon analisa este desejo de embranquecimento em que mulheres negras desejam homens brancos como maneira de tentar se salvar do racismo e homens negros aspiram a mulheres brancas³⁶. Somos todos ensinados a tentar ocultar as nossas origens africanas em um tipo de racismo à brasileira que Lélia cunha como ideologia do branqueamento. Tentamos, constantemente, apagar nossos traços africanos alisando o cabelo, celebrando nossa descendência europeia, escolhendo parceiros brancos para ter filhos mais brancos. Neste tipo de racismo a miscigenação é estimulada e não condenada.

No racismo que impera no Brasil (e em outros lugares da América Latina) não se encontram placas de proibidas pessoas negras, mas essas pessoas são colocadas em “seus lugares”, com anúncios de contratação de trabalhadores com a seguinte ressalva: “procuram-se pessoas de boa aparência” (leiam-se somente pessoas brancas). Quando entramos em um local em que não há nenhuma pessoa negra, fica claro que ali não é o seu local...

De acordo com Lélia, recalhamos constantemente nossas raízes africanas e isto tende a retornar como desejo de mais violência contra as pessoas negras, daí a nossa passividade diante do verdadeiro genocídio negro que impera até os dias atuais em nosso país.³⁷

Outro elemento que escamoteia e incentiva o racismo é o mito da democracia racial que tenta expressar a não existência do racismo no Brasil, pelo fato de sermos um povo miscigenado³⁸. Na realidade, porém, podemos perceber sensivelmente e pelos dados que a população negra está e sempre esteve submetida às piores condições de vida, seja do ponto de vista do tipo de emprego, seja do ponto de vista da valorização social dos trabalhos que fazem, seja do ponto de vista da moradia, do acesso à saúde ou à educação, sem mencionar a constante perseguição policial a qual os homens negros estão submetidos, conforme mencionado.

Vimos acima como opera a hiperssexualização das mulheres negras, mais grave do que a objetificação que as mulheres brancas sofrem, porque seus corpos sempre foram vistos como objetos cuja propriedade não lhes pertence em absoluto. Vimos que a mística das mulheres negras envolve sua redução a trabalhadoras “burros de carga” que aos olhos sociais sempre estariam dispostas a realizar os trabalhos mais pesados e

³⁴ GONZALEZ, 2018, p.326: “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”.

³⁵ Segundo Barreto, na teoria de Lélia Gonzalez, “a cultura brasileira é negra, ainda que o racismo tente neuroticamente negar. Para a autora, o racismo era uma construção com benefícios sociais e econômicos para os brancos de todas as classes. E também um sintoma (manifestação em público para um problema interno maior) do que vivem os brasileiros ao projetarem e desejarem-se brancos descendentes de europeus em um país negro. Essa seria a neurose de nossa cultura”. (BARRETO, 2018, p.23).

³⁶ FANON, 2008, p.76: “Conversando recentemente com alguns antilhanos, soubemos que a preocupação mais constante daqueles que chegam na França é dormir com uma mulher branca. Logo que desembarcam no Havre, dirigem-se às casas de prostituição. Uma vez cumprido este rito de iniciação à “autêntica” virilidade, tomam o trem para Paris”.

³⁷ RIBEIRO, 2019b, p.54: “Seria mais responsável e ético discutir o fato de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, o que mostra que indivíduos negros compartilham experiências de violência estatal pelo fato de pertencerem ao grupo negro (locus social), do que perder energia em falar das experiências individuais distintas como se isso não fosse próprio do humano (...).”

³⁸ GONZALEZ, 2018, p.35: “Este fato daria origem, na década de 30, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexiste em nosso país graças ao processo de miscigenação (...).”

de menor remuneração, encarnadas no local de empregadas domésticas. Para além do trabalho pesado, estas mulheres são hiperssexualizadas e abusadas, muitas vezes, no próprio ambiente de trabalho como empregadas domésticas.

As mulheres brancas, como vimos, seriam submetidas à uma mística da fragilidade, baixa racionalidade, hipersensibilidade que as confinaria aos trabalhos reprodutivos sem remuneração, aos trabalhos de cuidado de crianças e idosos, aos trabalhos domésticos e sexuais. Estas mulheres serviriam de sacos de pancadas de seus maridos, trabalhadores que recuperam seus egos perdidos em seus trabalhos às custas dessas mulheres. Importante notar que as mulheres brancas de classe média para cima contratam mulheres negras para realizar estes trabalhos, embora continuem sendo as responsáveis por gerenciar tais tarefas.

As místicas tanto das mulheres negras quanto das mulheres brancas servem para vulnerabilizar, manipular estes contingentes populacionais, para garantir que a reprodução social fique nas costas delas³⁹ e quando entrem no mercado de trabalho sejam mantidas, em grande parte, em profissões que são extensão dos trabalhos reprodutivos, com rendimentos menores em relação aos homens.

Nos topos das carreiras e em trabalhos de maior prestígio social elas, normalmente, são minoria. Dado que é replicado no microcosmos da área acadêmica do curso de filosofia, pois como mostra Carolina Araújo, embora 38,4% dos concluintes do curso de filosofia sejam mulheres, elas são apenas 19,95% das docentes de Pós-Graduação, demonstrando uma acentuada queda em sua ocupação de espaços, conforme a carreira avança.

Há 38,4% de mulheres que concluem a graduação em filosofia e apenas 19,95% de mulheres que são docentes de pós-graduação, no Brasil. A proporção de mulheres diminui em 48%, da formatura na graduação para a entrada de docentes na Pós-Graduação. O número de homens aumenta de 61,6% de formandos na graduação de filosofia para 80,05% em sua participação como docentes na pós-graduação, com um aumento de 29,95%. (ARAÚJO, 2015, p.8)

A forma da inferiorização atual das mulheres remonta ao processo de caça às bruxas que perseguiu e rebaixou milhões de mulheres para que ficasse isoladas, circunscritas, principalmente, aos trabalhos reprodutivos não remunerados, em um núcleo familiar restrito e vigiado pelos homens. Quando interessa explorar estes trabalhos de outras maneiras, vimos que sempre irão em uma condição de inferioridade ao mercado.

O tripé expropriação (constante), racismo e sexismo compõem o sujeito automático capital que cresce quanto mais trabalho explora, quanto mais contingentes populacionais inferioriza sempre com o objetivo de pagar os mínimos salários ou nenhum salário, para extrair o máximo possível de parcela de trabalho não pago na forma de mais-valor.

Conforme mencionado, não é apenas o capital na forma dinheiro que é ampliado a cada novo ciclo de produção, as classes e a inferiorização de contingentes populacionais que sofrem o racismo e o sexismo também são reproduzidas sempre com a finalidade de acúmulo de mais-valor na forma dinheiro. O fato de não decidirmos o que, como e de que forma produzir faz com que esta sociedade seja uma sociedade de produtores privados cujo resultado da produção é a mercadoria que precisa ser vendida no mercado para que seu valor seja transformado em dinheiro⁴⁰. A mercadoria é a forma que o valor de uso assume

³⁹ SAFFIOTI, 2013, P.74: “o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho, tanto masculina quanto feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência”.

⁴⁰ MARX, 2013, p.187: “A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento (...).”.

no modo de produção capitalista e que carrega a marca da exploração e rebaixamento desses imensos contingentes populacionais.

Desta maneira, o sujeito automático capital, a relação capital, cresce e se fortalece, quanto mais exploração do trabalho, sexismo e racismo são produzidos e reproduzidos, deixando para nós uma pista de que não parece ser possível superar estes elementos, sem transpor este próprio modo de produção.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, C. Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 13-33, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v24i1p13-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/155750>.
- BARRETO, R. *Lélia Gonzalez, Uma intérprete do Brasil*, in: *Primavera para as Rosas Negras*. Diáspora Africana, 2018.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Editora 34, 2009.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GONZALEZ, L. *Primavera para as Rosas Negras*. Diáspora Africana, 2018.
- hooks b. E eu não sou uma mulher? Rio de Janeiro: Rosas dos tempos, 2019.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. Indicadores pobreza, distribuição e desigualdade de renda, 2015.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1992.
- MARX, K. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Pôlen, 2019.
- RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.